

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 31 DE MARÇO DE 1999**

*Meu caro amigo, General Alberto Cardoso; Senhor Secretário Nacional Antidrogas, Doutor Walter Maierovitch; Senhores Embaixadores, que são numerosos aqui; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhor Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Doutor José Gregori; Doutor Geraldo Brindeiro, que é nosso Procurador-Geral da República; Senhor Senador Artur da Távola; Senhora Secretária Eurides Brito; Senhores Representantes do Poder Judiciário, Ministros do Judiciário; Senhor Reitor da Universidade de Brasília, Doutor Lauro Mohry; Senhor Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, Doutor Walter da Costa; Senhores Secretários Estaduais; Senhores Membros do Conselho Antidrogas; Senhoras e Senhores,*

É a segunda vez, num período de tempo relativamente curto, que tenho a oportunidade de, junto com o General Cardoso, me dirigir ao público presente, ao público brasileiro em geral, sobre o tema das drogas.

Em novembro do ano passado tivemos uma reunião no Colégio Militar, aqui de Brasília – o Doutor Maierovitch estava presente – onde expusemos à sociedade, naquela oportunidade, as diretrizes do

Governo para a questão de combate ao uso de drogas. Hoje, nos reunimos, mais uma vez. Desta feita, a reunião é *interna coporis*, quer dizer, estamos reunidos com pessoas que estão ligadas à administração, aos vários níveis da administração: ao estadual, ao federal, e também a vários setores como o Judiciário, a parte do Executivo, representantes dos Legislativos – que aliás nos deram a honra de estarem presentes também no outro encontro – demonstrando a preocupação do Governo no encaminhamento de um conjunto de políticas relativas à questão do controle das drogas.

Acabamos de ouvir a leitura de uma carta da pessoa encarregada, nas Nações Unidas, para a questão de drogas em nível mundial, onde se faz menção ao fato de que o governo do Brasil está, efetivamente, empenhado em organizar – não só o governo, como se vê hoje – a sociedade brasileira para que ela tenha consciência da gravidade da questão do uso das drogas e para que ela possa reagir de maneira adequada à expansão do uso de drogas e no combate aos narcotraficantes.

Nós não estamos orientando claramente a nossa política na direção apenas da repressão. A questão do uso de drogas é muito mais ampla do que a questão da repressão – necessária, por certo, mas insuficiente para combater o veneno que a droga significa para a sociedade contemporânea. Tão importante quanto, é a prevenção. E, portanto, é a questão educacional. Daí a importância dos atos assinados hoje, aqui, que vão nessa direção. Quero apenas reafirmar o que disse naquela outra oportunidade.

A questão das drogas no mundo contemporâneo passou a ter uma centralidade que era impossível de se prever. Hoje, não apenas as sociedades, mas os governos responsáveis, estão se voltando para o combate à disseminação do uso de drogas. Esse processo abrangeu e abrange um conjunto muito grande de segmentos da sociedade e, lamentavelmente, se enraizou poderosamente em setores da sociedade. Mais ainda, não se trata mais de um fenômeno local, é um fenômeno transnacional.

Daí que uma política efetiva para o combate desse mal contemporâneo implica uma série de ações que abrangem não apenas o Executivo e a sociedade mas também, o Judiciário e o Legislativo. Para

nossa sorte, o nosso Legislativo se sensibilizou com a questão e encaminhou algumas medidas muito importantes, que dotam o Governo de meios para que possa, mais eficazmente, combater aqueles que são os que lucram com a droga. A lavagem de dinheiro é algo central. E há a possibilidade, que hoje começa a existir, de os vários órgãos de Governo concentrarem suas informações, ou melhor, distribuírem suas informações e não concentrarem só num ponto, mas articularem o conjunto de informações para que seja possível o combate aos criminosos que formam essas redes de narcotráfico.

Como essas redes são transnacionais, é preciso que haja, também, um sistema que se integre num conjunto de ações que ultrapassem as fronteiras nacionais quanto a esse aspecto de inteligência, de informação e do controle, no que diz respeito à manipulação de vultosos recursos para o combate às drogas.

Dá pena verificar que, em geral, quando se noticia a questão da droga, se noticia o viciado – e sempre ou quase sempre com a idéia que o viciado tem alguma dose de culpa, e talvez até tenha, mas é menor do que a culpa do conjunto da sociedade por permitir que tenha chegado, ao ponto em que chegou, a questão das drogas. Mas se focaliza muito mais o viciado ou, então, o pequeno traficante, do que propriamente as estruturas que sustentam o narcotráfico no mundo contemporâneo. São estruturas poderosas e acabam por se ligar a outras estruturas, também perigosas, que dizem respeito ao contrabando, à questão das armas. E, finalmente até mesmo – e isso, talvez, tenha sido o veneno mais cruel da droga – àqueles que, na origem, gostariam de ter uma nova sociedade e que acabam por se associar como guerrilheiros a narcotraficantes e transformam a luta pela nova sociedade num instrumento de disseminação da droga. Tragédia maior não pode haver se idealismo existisse, como deve ter existido na origem de alguns desses movimentos. E, não obstante, a droga contaminou tudo: do sistema bancário, os paraísos fiscais e até o guerrilheiro, só para mostrar a amplitude dessa questão.

A sociedade (e nem o governo) não pode, por consequência, deixar de dar a centralidade correspondente nas suas ações, a centralidade que a droga já assumiu nas sociedades contemporâneas.

Mas eu dizia que nessa visão há um holofote que ilumina as vinculações internacionais e que passa certamente pelo braço repressor. E, aí, o papel da Polícia Federal é essencial, porque é sua atribuição constitucional. Não podemos deixar, ao mesmo tempo, de ver que a prevenção é fundamental. E não só a prevenção, como também o tratamento do viciado. Não me refiro apenas ao aspecto, digamos assim, do tratamento médico, mas ao aspecto social, da reintegração do viciado. E a droga é tão perniciosa que os mesmos instrumentos que deveriam coibir o seu uso, quando são capturados por ela, acabam tornando o viciado, que é vítima, em partícipe permanente de uma rede de vício. A pessoa acaba não sendo capaz, não tem força para sair daquele anel de aço que é colocado ao seu redor, porque há ameaças, chantagens. Muitas vezes, até, partes do aparelho de Estado se maculam e passam a participar desse mesmo processo de manutenção do vício, como instrumento para que possam sobreviver, também, aí, ou ter vantagens pessoais ou lucrativamente, quando se trata daqueles que são narcotraficantes.

Então, é nessa amplitude que temos que encarar a questão. Se é nessa amplitude, não podemos imaginar que um órgão resolva a questão. Por mais poderoso que seja esse órgão, ou por mais poderosos que sejam os órgãos, aos quais a questão da droga está afeta, ou esses órgãos se articulam ou não vão ter condições de ganhar a luta contra os narcotraficantes.

Essa reunião é de articulação. Essa reunião é para mostrar a disposição do Governo Federal. Não de substituir as ações que são locais, as formas de repressão que são das polícias militares, das polícias civis ou da Polícia Federal. Não para substituir a ação dos juizes ou dos órgãos encarregados do tratamento do viciado, mas simplesmente para permitir que haja uma multiplicação de forças, através da articulação entre esses vários órgãos.

Não nos enganemos. Se não nos articularmos, seremos derrotados. E, como se trata de uma guerra inglória, sob todos os aspectos, a derrota nem aparece. Nem os narcotraficantes vão cantar vitória, porque não lhes convém. Mas o tecido social amolece, a capacidade

de resistência diminuí, a criatividade das sociedades também esmorece e isso tem efeitos permanentes e muito daninhos.

Então, essa articulação, hoje, é a tarefa fundamental de todos aqueles que estão inseridos neste processo de combate às drogas. Toda articulação é difícil. Articulação de órgãos de nível regional, estadual, federal é muito difícil. A internacional é muito difícil.

Dentro do sistema de cada um desses sistemas, pelo menos no sistema federal, a articulação da Polícia Federal com a Secretaria Anti-drogas, com os juízes encarregados do assunto, com o Congresso, é difícil. É difícil pela própria natureza do ser humano. Cada um quer ter um domínio aqui, um domínio ali, esse pedaço é meu, aquele pedaço é teu, não, aqui não entra e, nesse vaivém, quem entra é o narcotraficante.

Na medida em que nós não conseguirmos pacificar as tropas aliadas, – e sei bem disso – é muito difícil vencer o adversário. Muitas vezes, dá mais trabalho acalmar os aliados do que ganhar dos adversários. Pelo menos do ponto de partida, nós temos que ter – vejo que o Senador Artur da Távola está sorrindo, não me referi a ninguém em particular, nem a nenhuma instituição como o Senado da República, porque eu não faria isso. Mas é verdade, temos que ter essa noção da nossa responsabilidade, de ver que temos que nos articular, porque se não nos articularmos, não ganharemos a batalha.

Também queria chamar a atenção para uma outra obviedade: é que nesse processo de agrupamento das nossas forças para que possamos dar o bom combate, precisamos não esquecer que a informação é decisiva. Há um trabalho de inteligência que tem que ser feito. Não adianta só a repressão. Não adianta simplesmente aparecer no jornal porque prendeu. Isso não resolve a questão. Temos é que possuir um mapeamento bem feito do conjunto de forças que se articulam a favor do narcotráfico e que mantém essa rede.

Isso é fundamental. Daí, também, a importância de que o Governo da República esteja diretamente ligado a isso. Não é por coincidência que o General Cardoso é, ao mesmo tempo, a pessoa que se ocupa, no Governo, da questão das informações e se ocupa da

questão desse mesmo combate antidrogas, porque há uma inter-relação imediata nessa matéria. Se tivermos essa compreensão, vamos, progressivamente, criando as condições para mudarmos a situação do nosso país no que diz respeito às drogas.

É certo que o Brasil não é um país produtor de drogas – pelo menos, não é, numa escala apreciável, de drogas fortes. Mas é certo, também, que ele é um país é consumidor e um corredor de drogas. Também é certo que o nosso país é imenso, de fronteiras praticamente abertas, de difícil controle e que, portanto, a atitude meramente repressiva é insuficiente. Não quer dizer que não se deva fazer, mas é insuficiente para que nós possamos nos sair bem da tarefa tão necessária com a qual estamos lidando neste momento.

Ainda ontem, numa reunião do Conselho da Comunidade Solidária, a Ruth, minha mulher, falou a respeito de como a sociedade se organiza hoje, em termos de redes. Isso é verdade. Assim, como existe hoje, o narcotráfico se organiza em redes que são mundiais e que utilizam todos os sistemas modernos de informação disponíveis. Ou nos organizamos em rede ou não vamos ganhar essa guerra. Isto aqui é uma rede, quer dizer, não se trata somente de instituições que se juntam ou de pessoas que estão individualmente juntas. Elas têm que estar vinculadas por uma rede de informação que vá permitindo, realmente, uma ação coordenada. Essa é a questão fundamental. E esta rede – repito – é uma rede nacional. O Brasil tem uma política antidrogas, mas ela não pode ser surda aos clamores dos nossos vizinhos e daqueles, no mundo, que se preocupam com a matéria. Ela tem que ter suas conexões, porque a droga as tem.

Então, ela tem que ser uma rede que mantenha certos relés para poder ter contatos fora do sistema nacional. Isso não quer dizer, de maneira nenhuma, que possamos aceitar determinações que não sejam nossas. Mas a nossa determinação é combater a droga. Logo, temos que ter as informações a respeito, venham de onde vierem, e também a cooperação que é necessária nessa matéria e que ultrapassa as fronteiras nacionais, embora sempre sob o nosso controle, sob o nosso comando.

Quero, portanto, dizer-lhes que a presença dos Senhores e das Senhoras aqui é motivo de grande júbilo para nós, porque mostra que essas redes estão começando, efetivamente, a se formar. Elas devem fortalecer-se. É preciso que, progressivamente, tenhamos conhecimento uns dos outros, do que estamos fazendo, que podemos fazer melhor fazendo juntos do que fazendo isolados. Mas é preciso também que nós comuniquemos sempre à sociedade o que estamos fazendo. Que nós façamos – salvo evidentemente os serviços necessários de inteligência – as coisas às claras, que nós debatamos com a sociedade. Nas sociedades modernas, assim como a droga pode penetrar com facilidade, digamos, o antiveneno também pode penetrar com facilidade. Há condições de nós falarmos, explicarmos.

A sociedade contemporânea não é uma sociedade que se mova por aperto de botão. Ela se move por aperto de consciência e de coração. Não há outro caminho. E isso passa pela comunicação. Isso passa por uma constante presença da mídia para ser informada, e que bem informe àqueles que absorvem as notícias e as informações. Não há outro meio de mudança, no mundo contemporâneo, senão uma mudança consentida. Acabou a época em que era possível a mudança, pura e simplesmente, por decreto, simplesmente pela imposição. Não funciona mais.

A sociedade se move, hoje, de outra maneira. Ela se move, necessariamente, através da mediação dos meios de comunicação e da informação. E, cada vez mais, o povo, mesmo o povo mais simples, se informa. Esta é a razão do meu constante otimismo.

Se eu não estivesse numa reunião de trabalho, se estivesse numa universidade, eu diria que continuo acreditando no Iluminismo, continuo acreditando na razão, continuo acreditando que os que sabem têm condições de ganhar, porque têm mais razão quando a têm. E a sociedade hoje, toda ela, é assim. Não são apenas os iluminados, os que se pensam iluminados, os “intelectuais”. Não. O povo mais simples, hoje, quer saber. Ele não atua sem alguma informação. Pode ser uma informação boa ou má, correta, incorreta, mas ele quer saber, precisa saber. Se nós quisermos, realmente, ganhar essa

guerra, a guerra principal é da informação. A guerra principal é a da difusão do que acontece, da mobilização da própria sociedade via informação e não via manipulação. É via, realmente, convencimento.

Então, a tarefa que os Senhores têm pela frente é imensa, mas a vontade de ter a boa batalha também é muito grande. E vejo que o Brasil, progressivamente, está se preparando de maneira competente, discreta, permanente, para que nós possamos, efetivamente, ter uma sociedade sem esse drama que é a droga.

As minhas últimas palavras dizem respeito, precisamente, ao drogado e à família do drogado. Se a vítima é toda a sociedade em abstrato, existem vítimas concretas, que são aqueles que caíram na rede, na outra rede, na rede do narcotráfico. E o que isso destrói o ser humano, e o que destrói a convivência social, o que isso provoca de violência – basta ler os jornais! Precisamos criar uma sociedade na qual se possa ler os jornais, ouvir as notícias com menos apreensão, porque esses veículos poderão traduzir menos violência, na medida em que tivermos menos gente drogada. Não é só isso, evidentemente, mas uma parte considerável da violência está ligada diretamente ao uso da droga.

O esforço nesse sentido é também de solidariedade. É um esforço que temos que fazer, com uma compreensão generosa do que é o convívio numa sociedade multifacetada como a nossa e sujeita a tantos riscos. Precisamos ter consciência de que temos que palmilhar um caminho de maior bem-estar, de mais felicidade para os nossos cidadãos, os nossos compatriotas e aqueles que aqui vivem.

É com esse espírito que dou por iniciado este encontro. Desejehes muita sorte. Agradeço aos Senhores, agradeço especialmente aos que me estão cercando, pela dedicação com que têm se empenhado nessa tarefa. Ao Doutor Maierovitch, ao General Cardoso. E ao agradecer a eles, estendo os agradecimentos a todos os presentes.

Muitíssimo obrigado.